

ACÇÃO TRANSDISCIPLINAR EM DIAGNÓSTICO CULTURAL: UMA PROPOSTA PARA A INSERÇÃO DOS PROJETOS CRIATIVOS ECOFORMADORES - PCE

Irene Henriette Rulf Kretschek¹
Marlene Zwierewicz²

RESUMO: Conhecer o patrimônio cultural, estimular a participação social e sistematizar dados sobre a cultura são ações realizadas no diagnóstico cultural, uma das etapas dos Planos Municipais de Cultura. Tendo como elemento motivador a possibilidade de contribuir para a consolidação de políticas públicas, com base em Planos Municipais de Cultura sustentáveis, alicerçados por dados que caracterizem as potencialidades e prioridades da cultura local, este artigo apresenta uma metodologia transdisciplinar para a realização do diagnóstico cultural. O estudo que possibilitou a delimitação da referida proposta, concentrou-se nos métodos bibliográfico, documental e exploratório e na abordagem qualitativa. Como resultado é proposta a adaptação da metodologia transdisciplinar dos Projetos Criativos Ecoformadores-PCE da área educacional para a cultural, em função da sua capacidade de facilitar a conexão com a realidade e estimular a busca de soluções compatíveis com as demandas reveladas.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnósticocultural. Transdisciplinaridade. Projeto Criativo Ecoformador - PCE.

Introdução

O patrimônio cultural garante o caráter global de todo desenvolvimento sustentável, do qual ele constitui a fundação sólida e o alimento. (VARINE, 2000, p.9).

As transformações socioeconômicas, ambientais e tecnológicas, ocorridas nas últimas décadas, incitam reflexões relacionadas às condições necessárias para promover o desenvolvimento sustentável. Como decorrência, deriva a necessidade de criar políticas públicas que tenham como base, diagnósticos comprometidos com a caracterização das prioridades e potencialidades dos diferentes contextos.

Da leitura dos documentos relacionados ao Sistema Nacional de Cultura - SNC interpreta-se que resultados mais fidedignos dependem de ações abrangentes, criativas e

¹Graduanda em Museologia pelo Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE e em Ciências Contábeis. Especialista em Auditoria. e-mail: ikretschek@gmail.com.

²Coordenadora de Relações Internacionais do Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE - SC. Coordenadora da Rede Internacional de Escolas Criativas - REIC Brasil. Doutora em Educação pela Universidade de Jaén - UJA, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Mestre em Educação pela Universidade do Contestado - UnC, Especialista em Magistério das Séries Iniciais e Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. e-mail:marlenezwie@yahoo.com.br.

desenvolvidas conscientemente entre o poder público e a sociedade. Além disso, a criação e o gerenciamento da política cultural de um município dependem de recursos compatíveis com as demandas e um planejamento de longo prazo, que precisa ser permanentemente avaliado, considerando sua relevância para o atendimento das prioridades e potencialidades culturais locais.

Um dos instrumentos de planejamento e execução da política cultural no município é o Plano Municipal de Cultura. Entre outros elementos, integra este documento o diagnóstico cultural, que dimensiona a situação da cultura de cada cidade.

Em sua elaboração, observa-se ainda uma carência de informações sobre a situação local da cultura. Fatores como desconhecimento de metodologias e falta de recursos fazem com que os municípios elaborem seus Planos Municipais de Cultura desconectados das demandas que os permeiam.

Sustentando-se na pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, este artigo sugere uma metodologia para o diagnóstico cultural, que pela possibilidade de conhecer o patrimônio local com a participação da sociedade, e pela transdisciplinaridade nela implícita, dê fundamentos a Planos Municipais de Cultura sustentáveis. Especificamente, pretende-se desenvolver um entendimento sobre como a ação museológica pode contribuir em processos de diagnóstico cultural e propor uma possibilidade para a fase de levantamento de dados do campo da cultura do município.

A relevância do estudo consiste, teoricamente, na iniciativa de abordar a relação entre diagnóstico cultural e patrimônio cultural, sendo este último sempre evidente na ação museológica, mas nem tão evidente na ação política. Para tanto, são tecidas, inicialmente, considerações acerca da ação museológica implícita no diagnóstico cultural e a opção pela transdisciplinaridade, seguindo-se por uma discussão sobre as repercussões desses fundamentos no conhecimento da situação da cultura dos municípios.

A relevância social, por sua vez, consiste na aplicação de metodologias já desenvolvidas por uma instituição pública (a Fundação Catarinense de Cultura - FCC) e por uma equipe de profissionais que atuam em instituições universitárias (no Centro Universitário Barriga Verde - Unibave e na Universidade de Barcelona - UB), que ao ser adaptada do campo educacional para o cultural, estimula a construção de uma proposta de diagnóstico cultural participativo, como subsídio para implantação de Planos Municipais de Cultura sustentáveis. Espera-se, portanto, contribuir para que as políticas culturais possam ser construídas a partir de dados que realmente caracterizem as prioridades e potencialidades dos diferentes municípios que integram a realidade nacional.

Novos horizontes para a Museologia

Entre os registros que consagram o conceito de patrimônio cultural, ao longo da segunda metade do século XX, são destaque atos e documentos que versam desde a preocupação com a proteção dos bens culturais até a definição de novas classificações de patrimônio em função de interesses científicos, sociais e técnicos. É dessas noções internacionais de patrimônio que derivam as legislações nacionais (CAFÉ, 2012).

Consequentemente, é também no decorrer da segunda metade do século XX, principalmente, que se produz a maior parte dos documentos de referência para a Museologia. Entre os conteúdos dos referidos documentos, fazem parte atividades que envolvem desde a conservação e restauro de monumentos históricos e artísticos até as ações de preservação do patrimônio, já não só mais material como imaterial.

Com o alargamento da noção de patrimônio, Café (2012) ainda destaca que o mesmo passa a abranger não só o contexto no qual se encontra o bem cultural, mas também o saber fazer. Surgem, assim, novos focos de interesse nos museus: a conservação do patrimônio integrado com a área que o envolve; a necessidade em articular a salvaguarda do patrimônio com o ordenamento do território; a interdisciplinaridade como forma de proteção dos bens culturais; a participação ativa da sociedade nos museus, o trabalho com o patrimônio intangível - o patrimônio humano (saber e saber fazer) e a preservação da diversidade cultural.

Esse alargamento foi amparado pela UNESCO, tanto na Declaração do Rio de Janeiro, de 1958, revelando a preocupação profissional e educativa dos museus, como na Declaração de Santiago do Chile, de 1972. Esses dois registros são apontados por Café (2012) como documentos de importância revolucionária no campo da Museologia, que passa a ser encarada como uma ciência interdisciplinar.

O mesmo autor também menciona a Declaração de Québec, de 1984, destacando que nela há o reconhecimento formal de um movimento de renovação no campo da Museologia a que se denominou ‘nova museologia’. Na mesma linha, faz referência à Declaração de Oaxtepec, também de 1984, que reafirma a importância da interdisciplinaridade, introduzindo ainda um novo conceito, a relação indissociável entre o indivíduo, o patrimônio e o território.

A Declaração de Oaxtepec e a Declaração de Caracas, de 1992, constituem dois documentos importantes, na medida em que estimularam uma mudança na forma de se compreender o homem e as suas relações com o patrimônio cultural. Esse passa a ser fonte de toda uma gama de informações que vão além de suas características externas, nos levando

“[...] a perceber o patrimônio nas suas relações com o meio em que se insere, na sua dinâmica social e no seu papel como elemento simbólico.” (PRIMO, 2011, p. 36).

Ao promover a ênfase na preservação do patrimônio pelo acesso e ampla disseminação, em meados da década de 1990, a UNESCO revela a necessidade de se estabelecer políticas internacionais para, além de manter, também desenvolver a memória coletiva. Da mesma forma, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, foi fundamental na discussão do patrimônio cultural por reconhecer e valorizar as diversas matrizes culturais.

No Brasil, especificamente, onde a noção de patrimônio cultural foi fortalecida com a inserção na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira passam a integrar uma série de instrumentos legais e jurídicos, tratando de sua proteção e valorização, culminando, em 2005, com um sistema político aplicável a toda área da cultura: SNC. Sua estruturação, institucionalização e implementação encontra-se pautada em um documento emitido pelo Ministério da Cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011a). Dentre os princípios norteadores da política pública pretendida, destacamos: a cooperação entre os diversos níveis de governo e agentes culturais, públicos e privados; a transparência e o compartilhamento das informações; e a democratização dos processos decisórios. O pressuposto básico para o funcionamento do SNC é a existência de um modelo de gestão compartilhada, com base numa política nacional de cultura, no conjunto de leis normas e procedimentos legais e na interligação dos três entes federativos - União, Estados e Municípios - com a sociedade civil, visando à realização de políticas públicas culturais.

Para que passe a integrar o SNC, o município deve assinar o Acordo de Cooperação Federativa do SNC, documento onde se estabelece o que incumbe a cada parte, por intermédio do Ministério da Cultura. Depois, através de um plano de trabalho, elaborado em comum acordo, são detalhados os procedimentos para a implantação da política cultural no município.

Assim como no nacional e no estadual, também no nível municipal, os dois instrumentos relevantes dessa política são o Plano Municipal de Cultura e o Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Destaca-se que este último visa a que o poder público e a sociedade civil acompanhem o desempenho do plano, mas em virtude da dificuldade de ser implantado, não se constitui num instrumento obrigatório, embora desejável. A recomendação do Ministério da Cultura é que os municípios podem e devem interagir, em se tratando da

sistematização das informações com a esfera estadual e nacional (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011a).

Políticas públicas em cultura constituem um campo privilegiado para intervir na realidade, pois neste espaço tais políticas, elaboradas a partir de diagnósticos, têm ações privilegiadamente locais, ou seja, a “[...] ação sociocultural é, em sua essência, ação micro que tem no município a instância administrativa mais próxima do fazer cultural.” (BOTELHO, 2001, p.75). A autora ainda alerta que, para realmente se agir nessa dimensão, é necessário investir na área da cultura, em ampliação do espaço político, em articulação, tanto política - de todas as áreas da administração municipal – quanto civil - na organização e atuação de pessoas diretamente interessadas, de demandas dispersas em torno de objetivos comuns, de associações de tipos diversos.

Varine (2012, p. 119) levou a Museologia a olhar o patrimônio cultural como um recurso para a ação, ao enfatizar a necessidade de uma educação para o desenvolvimento, lembrando que “A mobilização popular sobre e pelo patrimônio [...] é [...], em si um ato político que contribui para o desenvolvimento pelo compartilhamento do usufruto dos bens culturais e naturais comuns a todos. Nesse processo, os profissionais do patrimônio não devem substituir os membros da comunidade, mas contribuir com sua experiência em seu nível “[...] sendo preciso ainda que a comunidade esteja em situação de formação permanente de maneira a poder tomar decisões [...]” em função de que “[...] o debate organizado provoca uma dinâmica compartilhada e permite aperfeiçoamentos.” (p.122).

Este mesmo autor ainda afirma que, no diagnóstico, o conhecimento do patrimônio é o principal componente para qualquer estratégia de desenvolvimento e situa-se logo após a análise dos recursos humanos do território. O patrimônio, por sua vez, constitui, com a geografia e a história, um critério de coerência e de existência de uma comunidade, o que legitima as estratégias de desenvolvimento. O patrimônio cultural, como recurso para o desenvolvimento local, precisa, portanto, ser ativo e compartilhado, pois só assim alimentaria a ação das políticas públicas, lembra Varine (2012).

É nesse contexto que emerge uma vasta oportunidade, que se apresenta à Museologia no Brasil, de participar num processo inovador, que é a elaboração de políticas culturais (PRIMO, 2011). Esta autora considera a ‘Política Nacional de Museus’ um documento extremamente coerente com a atualidade e propõe aos profissionais da área assumir o compromisso com a elaboração dos diversos eixos prioritários que estão sendo trabalhados.

Todo esse quadro colaborou para o surgimento de parâmetros legais, que sustentam e dinamizam as ações, que envolvem o patrimônio cultural como recurso de um

desenvolvimento sustentável. Nesse processo, entende-se que ele intervém em todas as suas faces: social, econômica e cultural (VARINE, 2012).

Patrimônio cultural, participação social e transparência

O campo da Museologia enfrenta novos desafios ao tentar sensibilizar comunidades e governos frente aos problemas que se impõem nos processos de preservação do patrimônio, ao promover o ensino-aprendizado sobre o patrimônio e suas manifestações e, de alguma forma, ao travar o crescente processo de globalização das referências culturais. Para que se veja refletida nesses processos, a ação museológica precisa ser renovada pelo “[...] uso da interdisciplinaridade, do saber fazer, do aprendizado em comunhão, da troca de experiências, da memória coletiva e da educação de caráter libertador e dialógico.” (PRIMO, 2011, p.44).

Identificar o que é coletivamente importante, diretamente com o conjunto de atores locais, população, moradores e usuários, decorre da necessidade de se ampliar a discussão sobre o sentido do patrimônio cultural. Nesse ínterim, “[...] toda partilha de conhecimentos em matéria de inventário já é uma maneira de contribuir para o desenvolvimento local, porque dá a comunidade uma consciência e certo domínio de seu próprio patrimônio e do futuro deste [...].” (VARINE, 2012, p.53).

Entende-se, assim, que o conhecimento do patrimônio cultural, tão importante em políticas culturais, tem suas raízes nos inventários dos museus. A essa função tradicional se aliou a nova função, defendida pelo pensamento contemporâneo: a da prática social (VARINE, 2000).

Propostas de interação, integração e participação, trabalhos de conscientização, de caracterização de diferentes grupos, ações de cooperação, noções como coesão e representação, extrapolam, contudo, a área da Museologia, para fundamentar-se em conhecimentos da área da Psicologia Social e Comunitária, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. Em termos teóricos, conceitos sobre dinâmica de grupos, suportam a prática desses profissionais, o que os habilita na pesquisa com grupos para coleta de dados. Em termos metodológicos, porque se utilizam de diferentes abordagens em sua prática com grupos, como essa ocorre na área que interessa conhecer nos diagnósticos culturais: o sujeito, produto e produtor da cultura, modo de vida do lugar, relações e representações, identidades, pertinência dos indivíduos ao lugar e seus grupos comunitários (CAMPOS, 1996).

A leitura de documentos oficiais, relativos a todo processo de implantação do Sistema Nacional de Cultura, e dos inúmeros trabalhos surgidos com a institucionalização da cultura no Brasil, não deixa dúvidas quanto ao papel central atribuído à participação da sociedade

civil no desenvolvimento de políticas culturais sustentáveis. Além de uma gestão compartilhada ‘governo e sociedade’, há outras questões na implantação do SNC; uma delas é a transparência, a ser obtida pela alimentação constante de bases de informação, que darão confiabilidade aos que necessitam tomar decisões ou assumir responsabilidades como é o caso dos conselhos municipais. Não haverá sistema administrável se não se promover a informação e se não se estabelecer convenções mínimas sobre objetos, bens, valores, produtos e formas de fazer, devidamente identificadas e definidas em glossários a serem compartilhados pelos partícipes do sistema (CALABRE, 2006).

De um modo geral, usam-se na fase do planejamento cultural, construções a partir de censos já realizados, mesmo que gerais, demográficos ou pesquisas amostrais. Outro recurso disponível são as tipologias ou agrupamentos que classificam unidades, objetos, instituições e municípios, como pode ser visto, por exemplo, consultando-se o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais. Alguns estados desenvolveram, de forma semelhante ao nacional, tipologia própria, como por exemplo, o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais de Santa Catarina - SEIIC (SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE E TURISMO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, s.d.).

Partindo de uma realidade e retornando a ela com soluções compatíveis com as demandas diagnosticadas

Considerando que para realização de um diagnóstico cultural participativo é imprescindível dispor de uma metodologia compatível, observou-se nos Projetos Criativos Ecoformadores- PCE, proposta criada por Torre e Zwierewicz (2009), uma possibilidade de criação de uma metodologia que tenha como eixo norteador a perspectiva da transdisciplinaridade, justificada aqui pela necessidade de uma articulação com o contexto.

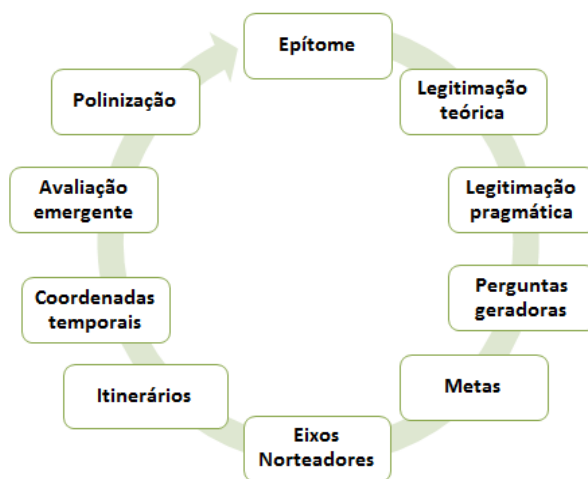
Essa articulação, que os PCE possibilitam com o contexto de aplicação, expressa seu potencial para realização de diagnósticos, cuja finalidade não se reverte somente na coleta de dados - embora seja um de seus resultados - mas na capacidade que os mesmos oferecem para futuras intervenções. Nos operadores conceituais dos PCE, apresentados pelos autores e descritos na sequência, pode ser observado que a metodologia estimula que se parta da realidade e a ela se volte, por meio de ações que tenham relevância para cada contexto.

Destaca-se ainda que, para os autores, a criação dos PCE tem como base teórica as premissas da Teoria da Complexidade, a transdisciplinaridade, e a ecoformação. Quanto aos referenciais práticos dos PCE, os autores destacam: a autonomia, a transformação, a colaboração e a busca do desenvolvimento integral para atingir metas de cidadania responsável.

Ao descrever os PCE, Torre e Zwierewicz (2009) caracterizam os operadores conceituais, que os norteiam e que possibilitam sua aplicação, da seguinte forma: o campo temático (o pensamento organizador); o epítome (ponto de partida, conectando o processo à vida dos implicados); a legitimação teórica (fundamenta na teoria e justifica na atualidade); fundamentação pragmática (conexão com a realidade do entorno); questionamentos geradores (fase problematizadora); as metas como eixos norteadores (aspirações do sujeito que aprende, move a partir de dentro, sendo, portanto, os objetivos e conceitos/conteúdos implicados); itinerários (conjunto de ações adaptáveis e que ajudam a construir o caminho enquanto se realiza o ato de caminhar); as coordenadas temporais (o cronograma); a avaliação emergente (se o processo é aberto, dialógico e flexível; a avaliação deve se estender aos resultados previstos e não previstos); polinização (retroalimentar o processo, por meio da difusão dos resultados com algo que é deixado para a vida, sendo também o momento de abrir-se a novas possibilidades).

Na Figura 1, os referidos organizadores foram sistematizados, possibilitando observar a sequência didática, por meio da qual parte-se da realidade e a ela são devolvidas possibilidades, a partir do que é trabalhado nos demais organizadores conceituais.

Figura 1 - Projetos Criativos Ecoformadores – PCE



Fonte: Zwierewicz (2012)

A adaptação dos PCE, considerando seus referenciais teóricos e procedimentais é apresentada na sequência, levando em consideração especificidades para transportar uma metodologia do campo da educação para o campo da Museologia, especificamente para ações interligadas com a política cultural.

Ação transdisciplinar em diagnóstico cultural

Muito do que é necessário para análise da cultura - conhecer quem faz e se beneficia da cultura, modo de vida do lugar, relações e representações, identidades, grupos, interação, participação, colaboração, cooperação - fundamenta-se não só em disciplinas tradicionalmente relacionadas ao patrimônio cultural como História, História da Arte, Arqueologia, Antropologia, Etnografia, Geografia, como também em termos teóricos e metodológicos nas disciplinas do comportamento, como a Psicologia Social e da Educação, especialmente da área da Pedagogia.

É nesse processo de busca de informações fundamentais para a criação de Planos Municipais de Cultura que a interdisciplinaridade se complementa pela ação transdisciplinar. É a articulação das duas perspectivas que motiva a possibilidade de evitar uma prática muito utilizada na área educacional, que é a de simplesmente reproduzir o que já está posto.

É na distância entre o estabelecido e o contexto e, dessa forma, entre o idealizado e a realidade local que se estimula a reprodução do “[...] já estabelecido em textos pouco atualizados em termos de conteúdo, tempo e de aplicação contextual, contribuindo para “[...] adequar ou modelar a reprodução cognitiva sem construção própria, debate ou ao menos crítica ao expressado pelo conhecimento trabalhado.” (GONZÁLEZ VELASCO, 2011, p. 87). Ao transportar esse exemplo para o desenvolvimento de diagnósticos culturais, percebem-se os riscos de levantamentos sem o devido cerco contextual e sem perceber que as possibilidades de intervenção serão mais sustentáveis quanto mais fidedignos forem os dados recolhidos.

Quando Morin (2011) lembra que a transdisciplinaridade assume a função de romper com barreiras impostas pela fragmentação disciplinar e Nicolescu (1997) destaca que sua finalidade é contribuir para a compreensão do mundo atual, por meio da unidade dos conhecimentos, entende-se que no diagnóstico cultural a transdisciplinaridade ajuda a superar a visão imediatista, que não alcança a diversidade cultural implícita na cultural local, tampouco as possibilidades que devem decorrer a partir das demandas identificadas.

Ao inserir a perspectiva transdisciplinar como base para uma metodologia de diagnóstico cultural, é salutar observar as possibilidades agregadas pela ecoformação. Ao resgatar que a ecoformação tem relação com as demandas da realidade atual, torna-se imprescindível coletar, durante a realização do diagnóstico cultural, informações que situam o contexto cultural em meio às emergências de cada realidade local, sem subestimar as vinculadas à realidade global.

Qualquer política de valorização precisa considerar os problemas vivenciados atualmente. Entre os apontados por Mallart (2009, p. 29) está a degradação dos ecossistemas; o esgotamento de recursos naturais; o crescimento incontrolado da população mundial; perda da diversidade biológica, linguística e cultural, um quadro com o qual o diagnóstico cultural se deparará, ainda que localmente existam especificidades que, em alguma medida, diferenciam o grau do impacto das condições mencionadas. É assim que a ecoformação ganha sentido no diagnóstico cultural. É preciso conhecer as entrelinhas, observando como na realidade cultural estão imbricados problemas genéricos e locais que afligem a realidade e podem dificultar a valorização e preservação do patrimônio cultural.

Valorizar um processo mobilizando pessoas conscientes de sua relevância

A perspectiva transdisciplinar articula o conhecimento, a emoção e ação; implica numa tomada de consciência da realidade e propicia uma visão sistêmica do entorno (TORRE; ZWIÉREVICZ, 2009). Assim, o conhecimento do patrimônio cultural com o envolvimento de uma equipe multidisciplinar, inserida tanto na elaboração quanto na condução dos trabalhos na expectativa de que o resultado seja abrangente, deve considerar as especificidades dos municípios. A participação de profissionais com atribuições que interagem e se complementam - orientação no inventário dos recursos culturais, orientação no trabalho com grupos e comunidades e orientação no ensino e aprendizagem envolvidos no processo - têm também, na fase inicial, o compromisso de identificar pessoas que conhecem a cultura local e que são reconhecidas no meio em que circulam (BOTELHO, 2001).

O patrimônio cultural se constitui num instrumento privilegiado não só para promoção da cultura, mas também para intervir na realidade local, pois é o que mais próximo está do cidadão (VARINE, 2012). Por meio do diagnóstico cultural, não apenas se coletam informações e sugestões, mas também se oportuniza que as pessoas se posicionem frente à realidade. É nesse momento que se constrói o conhecimento sobre o patrimônio cultural. A sistematização das informações daí decorrentes é fundamental para o diagnóstico cultural (CALABRE, 2006).

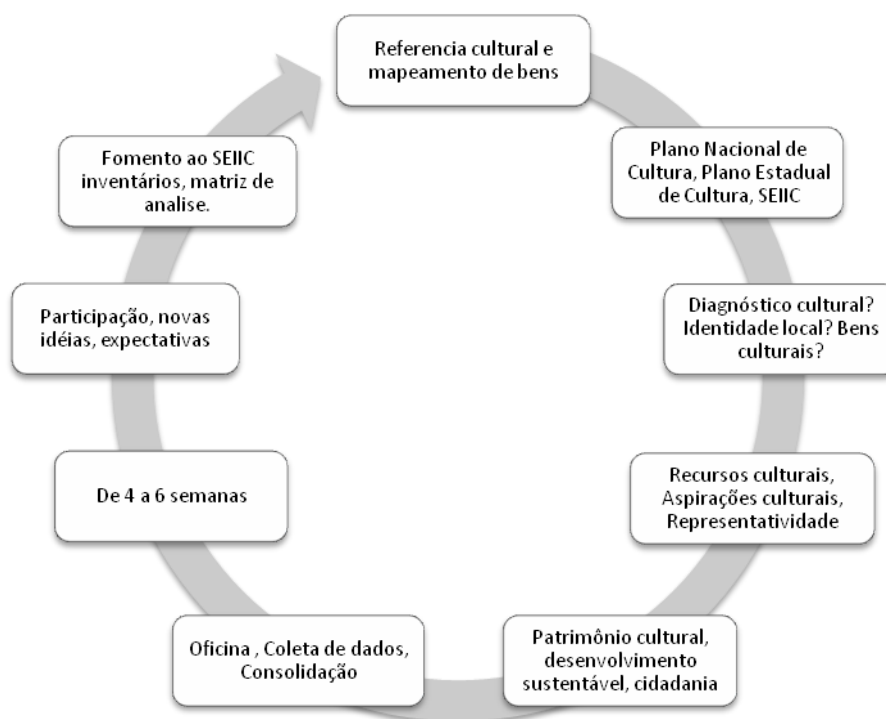
Santa Catarina foi um dos estados que, desde 2008, se posicionou ao lado do Ministério da Cultura na sua visão de trabalhar na construção de um sistema de informações no campo da cultura. Foi assim que, em 2009, o Estado foi escolhido para implantar um projeto piloto e desenvolver um sistema que serviria de modelo para outros estados (SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE E TURISMO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, s.d.). O SEIC foi implantado no decorrer de 2012 quando a Fundação

Catarinense de Cultura, gestora do sistema, realizou a formação de uma equipe de pesquisadores e através deles coletou os dados em setenta e dois municípios.

Na metodologia aqui proposta para o diagnóstico cultural, pressupõe-se que a sistematização desenvolvida para o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais – SEIIC, forma a base para organizar os grupos, coletar os dados e consolidar as informações levantadas, sendo que os Projetos Criativos Ecoformadores - PCE fornecem a estrutura para o desenvolvimento de ações desenvolvidas pelos participantes do diagnóstico.

Na Figura 2, os organizadores conceituais dos PCE são adaptados às necessidades do diagnóstico cultural. Além de uma síntese que representa cada organizador, devidamente adaptado ao proposto neste estudo, são descritas, na sequência, as principais especificidades que possibilitam sua aplicação no campo da cultura.

Figura 2 - PCE para diagnóstico cultural



- *Epítome*: é considerado, por Torre e Zwierewicz (2009), o ponto de partida, o momento de conexão com a realidade. Como exemplo, sugere-se para o diagnóstico cultural a atividade criada por museólogos do Unibave e publicada pelo NUPCI (2013).
- *Legitimação teórica e pragmática*: é formada pelas bases que dão apoio à iniciativa (pesquisas precedentes e respectivas publicações), já a pragmática está relacionada ao

contexto, articulando-se, portanto, com o que é desencadeado por meio do epítome. Optou-se por unificar as duas legitimações, conforme pode ser observado na figura 2, em função da articulação existente entre os dois conceitos.

- *Questionamentos geradores:* questões que podem colaborar para instigar a coleta de dados: Que aspectos caracterizam a identidade cultural do município? Para que fazer um diagnóstico cultural? Como se (re) conhece o patrimônio cultural? Em que consiste a preservação do patrimônio cultural? Como a cultura interfere no desenvolvimento local?
- *Metas:* Torre e Zwierewicz (2009) afirmam que as metas movem as pessoas. Dentre as que podem ser compartilhadas pelos participantes do diagnóstico cultural estão: identificar recursos culturais no município; conhecer aspirações culturais da sociedade local; reconhecer recursos culturais relevantes para o desenvolvimento local; estimular a representatividade.
- *Eixos norteadores:* o conhecimento implicado e os objetivos pretendidos. No caso do diagnóstico cultural esses elementos envolvem: patrimônio cultural e desenvolvimento local; referências culturais e bens culturais; sustentabilidade; cidadania.
- *Itinerários:* atividades que sustentam a proposta.
 - a) A realização de uma oficina sobre o Sistema Nacional de Cultura, que se inicia com a sensibilização sobre a importância do processo, aplicando-se a atividade sugerida no epítome, seguindo-se conforme as instruções do Ministério da Cultura, orientações sobre o SNC visando entre outros objetivos ampliar o conhecimento sobre o SMC e auxiliar na relação entre poder público e sociedade civil local (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011a).
 - b) Num segundo momento, ocorre a realização de encontros para o levantamento de dados com grupos de trabalho organizados e na sequência, a consolidação do que foi coletado. O uso da sistematização proporcionada pelo SEIC oferece as condições tanto para a coleta quanto para a consolidação.
- *Coordenadas temporais:* tempo previsto para o projeto, de quatro a seis semanas.
- *Avaliação formadora:* Pode-se verificar, ao trabalhar com grupos cientes de sua realidade, numa perspectiva transdisciplinar e ecoformadora, se há incremento na participação ao longo dos encontros. Nesse processo, a coleta de dados não é vista como um fim; antes, é um meio de gerar e compartilhar a informação, o que pode ser avaliado pela produção de novas ideias e pela expectativa de ações futuras decorrentes do levantamento de dados.

- *Polinização*: é um momento fundamental para que os resultados do trabalho possam desencadear soluções, como por exemplo: contribuir na formação de fomentadores do SEIC, servir de referências para projetos de educação patrimonial, subsidiar planejamentos museológicos, incrementar atividades de turismo cultural, fornecer referências para trabalhos de professores, estudantes e promotores culturais sobre o entorno comunitário, compor documento base para inventário, elaborar a matriz para análise.

Considerações finais

Visualiza-se no diagnóstico cultural um duplo processo: de conhecimento do patrimônio cultural e de participação social, implicando a aprendizagem e indicativos para a intervenção. No primeiro, porque o conhecimento irá se construir simultaneamente com a coleta de dados, o que implica num método a ser apreendido; no segundo, não só pelo fato da sociedade normalmente não se envolver com a gestão pública, mas também por ela desconhecer as razões pelas quais deveria se envolver, o que também precisa ser apreendido. Varine (2012, p. 122) espera que os profissionais do patrimônio contribuam, junto com a comunidade, numa “[...] situação de formação permanente de maneira a poder tomar decisões.” E o que for decidido irá repercutir na realidade dos participantes do processo, favorecendo “[...] a sensibilização e conscientização do papel da cultura na organização da vida, das relações, do trabalho”, o que para Torre e Zwierewicz (2009, p. 173) é um aspecto mobilizador dos PCE. Se a metodologia sugerida tem a capacidade de envolver os que colaboram com o diagnóstico cultural com a consciência do processo e de suas implicações para a política cultural a ser implementada no município, a quem cabe tomar a iniciativa para desencadear esse processo de aprendizagem?

REFERÊNCIAS:

- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo. v. 15 n. 2, abr./jun, 2001. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011>. Acesso: 15 set. 2013.
- CAFÉ, Daniel Calado. **Redes em teias museológicas: sociomuseologia e redes museológicas locais**. Tese de Doutorado - ULHF, Lisboa, 2012. Disponível: **Erro! A referência de hiperlink não é válida.**>. Acesso: 30 set. 2013.
- CALABRE, Lia (Org.). **Oficinas do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade a autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GONZÁLEZ VELASCO, J. M. Aplicações educativas da teoria transcomplexa. In: TORRE, S.; ZWIEREWICZ, M.; FURLANETTO, C. **Formação docente e pesquisa transdisciplinar: criar e inovar com outra consciência**. Blumenau: Nova Letra, 2011. p. 75-98.
- MALLART, J. Ecoformação para a escola do século XXI. In: ZWIEREWICZ, M.; TORRE, S. **Uma escola para o século XXI: Escolas Criativas e resiliência na educação**. Florianópolis: Insular, 2009. p. 29-42.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasil: Brasília, 2011a.
- MORIN, E. **La vía para el futuro de la humanidad**. Buenos Aires: PAIDOS, 2011.
- NICOLESCU, B. **Projeto CIRET-UNESCO: evolução transdisciplinar da universidade**. Bangkok: CU, 1997. Disponível: <<http://www.moodle.fmb.unesp.br/mod/resource/view.php?id=60>>. Acesso: 21 set. 2010.
- NUPCI. Projetos Criativos Ecoformadores - PCs. **Metodologia transdisciplinar**, Orleans, n. 1, Orleans: Centro Universitário Barriga Verde, 2013.
- PRIMO, Judite. Documentos básicos de Museologia: principais conceitos. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 41. Lisboa: ULHT, 2011.
Disponível: <<http://revistas.ulsofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2642>>. Acesso: 16 nov. 2013
- SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE E TURISMO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais**. Disponível: <www.seiic.sc.gov.br>. Acesso: 24 set. 2013.
- TORRE, S.; ZWIEREWICZ, M. Projetos criativos eco formadores. In: ZWIEREWICZ, Marlene; TORRE, Saturnino. **Uma escola para o século XXI: escolas criativas e resiliência na educação**. Florianópolis: Insular, 2009.
- VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução: Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

_____. Patrimônio e Cidadania. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.
Museologia Social. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

ZWIEREWICZ, Marlene. Proyectos Creativos Ecoformadores - PCE: una vía metodológica desde y hacia la Teoría de la Complejidad. In: II Seminario del Pensamiento Complejo, II, 2012. **Anais...** Lima: Universidade Ricardo Palma, 2012.